

CONSELHO DE REPRESENTANTES

ATA N.º 47/2023

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas quinze horas, reuniu o Conselho de Representantes (CR) da Escola Superior de Comunicação Social, na sala 4G4. Na reunião estiveram presentes os seguintes membros: Ana Lopes Marques, Filipa Subtil, Helena Ribeiro, José Manuel Cavaleiro Rodrigues, Júlia Leitão de Barros, Luís Fernandes, Mafalda Andrade, Mariana Gameiro, Paula Nobre, Paulo Barbosa, Paulo Tinta, Rúben Neves.

Esta reunião tinha a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Aprovação da Ata n.º 46
3. Apreciação e votação do Plano de Atividades da ESCS 2024
4. Assuntos supervenientes

1. Informações

Júlia Leitão de Barros começou por dar as boas-vindas aos novos conselheiros recém-eleitos representantes dos discentes, Mariana Gameiro, Matilde Gonçalves, Verónica Lourenço e José Fernandes. A presidente informou sobre a resposta positiva da direção da ESCS às duas propostas enviadas pelo CR: a organização institucional de homenagens condignas no final de carreira de professores e funcionários; a possibilidade de toda a comunidade escsiana poder optar por trabalho não presencial, sempre que a Proteção Civil o recomendar. De seguida, perguntou se havia mais informações e, não havendo, passou ao ponto dois da ordem de trabalhos.

2 Aprovação da Ata n.º 46/2023

Júlia Leitão de Barros colocou a ata n.º 46/2023 a votação. A ata foi aprovada por unanimidade.

Os conselheiros Ana Lopes Marques, Filipa Subtil, Luís Fernandes, Mariana Gameiro e Paulo Tinta não votaram ao abrigo do estipulado pelo ponto 3 do artigo 34º do Código de Procedimento Administrativo.

Foram chamados os membros da direção para dar início à apresentação e apreciação conjunta do Plano de Atividades para 2024.

3. Apreciação e votação do Plano de Atividades da ESCS 2024

O Presidente da ESCS-IPL, Professor Doutor André Sendin fez uma apresentação sumária do Plano de Atividades.

Júlia Leitão de Barros começou por pedir esclarecimentos relativos a cátedra da UNESCO em “Comunicação, Literacias e Cidadania”, proposta pela ESCS, e que recebeu recentemente avaliação favorável por parte daquela organização internacional, perguntando também o que é o BIP?

Considera que muito se tem avançado nas questões relativas à internacionalização, investigação, inclusão e dimensões culturais, no entanto considera que não está claro, no que toca à investigação o contributo e desafios de cada área formativa, nomeadamente no jornalismo, no conjunto do plano.

Assinala ainda que em nenhum momento do documento fica clara a intenção e as mediadas a tomar para diminuir a carga burocrática dos docentes, sem a qual considera impossível fortalecer o esforço de investigação por parte dos docentes.

Estranhou também que o documento não apresente qualquer preocupação relativamente às consequências da Inteligência Artificial. Considera fundamental que o Plano apresente orientações para esta questão: como a ESCS vai pensar esta questão? Como se vai regular o seu uso, etc.?

Sandra Miranda explicou que o BIP (*Blended Intensive Programme*) é uma modalidade do programa Erasmus+, criado com o objetivo de apoiar projetos, a nível europeu, que combinem o ensino *online* e a mobilidade presencial de curta duração.

André Sendin esclareceu que a área do jornalismo está fortemente presente em várias das atividades agora propostas. Deu o exemplo das bolsas Fullbright e a EEA Grants em jornalismo climático.

Relativamente à competição com outras instituições, André Sendin afirmou que a direção tem uma aproximação bastante exata de que instituições concorrem com a ESCS nas várias áreas de ensino e investigação.

Quanto à contratação de técnicos de apoio à atividade da Escola, o Presidente afirmou que ela se tem revelando muito difícil devido à falta de recursos humanos qualificados em mobilidade na função pública e pelo nível muito baixo dos salários praticados.

Quanto à Inteligência Artificial, André Sendin informou que há um grupo de trabalho que, em sede de Conselho Técnico-Científico, está a refletir sobre futuros procedimentos para a comunidade lidar com esta nova realidade tecnológica. Este grupo de trabalho está a elaborar um documento sobre o tópico. Para além desta iniciativa, informou que já foram organizados dois workshops sobre o assunto. Quanto à cátedra da UNESCO foi uma candidatura da ESCS, que foi aprovada e que significa que a Escola é uma fiel depositária dos valores e princípios que comporta. Tem uma dimensão simbólica muito significativa. Não dá qualquer financiamento, mas dá reconhecimento internacional à ESCS no ensino e investigação destes tópicos. A candidatura apresentou um plano de atividades, grupo de docentes a ela associados, trabalhos de unidades curriculares nestes domínios, etc. Fizeram-se também protocolos e associações com outras universidades com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e com a América Latina. Irão desenvolver-se programas de ensino em rede. Será um motor importante para novas iniciativas.

Helena Ribeiro avançou na exposição de questões de natureza formal do documento apresentado: alertou para o facto de o documento misturar duas dimensões: a de Plano e a de Relatório de Atividades.

Afirmou ainda não se sentir com legitimidade para aprovar o objetivo operacional 1.5: “Incluir, nos planos de estudos dos cursos, unidades curriculares que vão ao encontro dos requisitos da Agenda Global de Educação 2030” (página 17). Sugere incluir este ponto no objetivo operacional 1.4; passaria a ser uma proposta enquadrada dentro da revisão dos planos de estudo do primeiro ciclo de estudos.

Sandra Miranda concordou com a consideração relativa à hibridez do formato, que, segundo afirmou, já vem de trás, mas está a ser repensada para que no futuro tal não ocorra.

Paulo Barbosa perguntou como se está a pensar concretizar o processo de digitalização.

Filipa Subtil congratulou-se com o esforço muito assinalável realizado pela direção e docentes na dinamização de um conjunto de iniciativas, candidaturas, etc. Solicitou que o documento fosse atentamente revisto a fim de nele não constar linguagem/conceitos

do mundo empresarial. Reforçou que a ESCS é uma entidade de ensino público, o que significa estar acima de tudo ao serviço de toda a comunidade e do bem comum e não ao serviço dos valores de mercado. A ESCS não pode ser referida neste documento como uma “marca”, nem os seus estudantes podem ser vistos como “clientes”, entre outros termos que têm sido banalizados no discurso público. Como sabemos, a linguagem constrói o mundo.

Os conselheiros Ana Marques, Mariana Gameiro e Luís Fernandes saíram da sala.

Relativamente ao centro de investigação, Rúben Neves questionou se nas futuras distribuições de serviço docente estão previstas horas para os docentes dedicarem à investigação. Referiu-se ainda à necessidade urgente, considerou mesmo um imperativo, de criação de um arquivo visual da ESCS, que possa ser disponibilizado à comunidade.

André Sendin afirmou que a Direção está consciente desta necessidade, mas reconhece a falta de recursos para fazer esse caminho.

A direção saiu da sala.

Júlia Leitão de Barros colocou o Plano de Atividades de 2024 a votação. Foi aprovado com as alterações sugeridas, por oito votos a favor e uma abstenção.

Ficou delegado na presidente do Conselho de Representantes a confirmação da versão final do documento depois de introduzida as sugestões resultantes desta reunião.

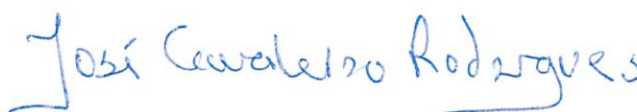
A reunião foi encerrada pelas dezassete horas.

A Presidente do Conselho de Representantes



Júlia Leitão de Barros

O Vice-Presidente do Conselho de Representantes



José Manuel Cavaleiro Rodrigues